

COMISSÃO DE JUSTIÇA, REDAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO E BEM ESTAR SOCIAL.

PROCESSO: Projeto de Lei nº 011/2025

PROPONENTE: Poder Executivo

EMENTA: REORGANIZA A ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE VILA FLORES, ESTABELECE AS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER: Pela APROVAÇÃO.

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei nº 011/2025, de autoria do Poder Executivo, busca a aprovação legislativa para a reorganização da estrutura administrativa no Poder Executivo Municipal.

A reestruturação faz-se necessária, a fim de adequar os órgãos setoriais de modo a propiciar o melhor atendimento possível à população e aos usuários do sistema público.

Destaca-se, outrossim, que a principal alteração é consubstanciada na criação do Departamento de Patrimônio, órgão ligado à Secretaria Municipal da Fazenda que, agora, passa a ter a denominação de Secretaria Municipal de Finanças.

Referida modificação, tem como objetivo principal, a adequação das atividades ligadas ao patrimônio municipal, bem como a gestão das atividades relacionadas ao Cemitério Municipal e à manutenção e conservação da Praça Municipal, os quais passaram por uma série de melhorias e investimentos nos últimos anos.

Após a análise do referido Projeto de Lei, a Comissão de Justiça, Redação, Saúde, Educação e Bem Estar Social, apresenta parecer pela **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Plenário Luiz Roncatto, Vila Flores, 16 de janeiro de 2025.

Ver. Deise C. Detogni

Presidente

Ver. Élcio Rigon

Vice-Presidente (Relator)

Ver. Ramon Stzzo

4º Membro

3º Membro Rua Fabiano Ferretto, nº 200 – Centro – CEP: 95334-000 – VILA FLORES - RS Fone: (54) 3447-1606 – E-mail: camara@pmvilaflores.com.br

Home Page: www.vilaflores.rs.leg.br



MATÉRIA: Projeto de bei mº OL	1/2025 PROTOCOLO
PAUTA: 13-01-2025 ORDEM DO D	DIA <u>20 - 01 - 2025</u> Enc. Executivo <u>21 - 01 - 2025</u>
Nesta data encaminho o Projeto às Comis	ssões
REUNI	ÃO DE COMISSÕES
COMISSÃO CJR, EM 16 / 01 / 2025	COMISSÃO CEFAI, EM//
Dairo C. Datogni	
Presidente da CJR	Presidente da CEFAI
VOTAÇÃO ÚNICA EM 20-01-2025	ATA Nº 004/2025 HORÁRIO: 19:30
SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA	ESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA
	DE VOTAÇÃO

VOTAÇÃO FINAL	A FAVOR	CONTRA	ASSINATURAS DE VOTAÇÃO
OZIEL ZOTTI	X		(h. 1/2011.
EDSON DALL AGNOL	Х		Emec
RAMON GUZZO	X		Hama (33)
JONAS V. DA ROSA	×		Jones V. to hom
DEISE C. DETOGNI		X	9
JAQUELINE PODENSKI	×		A
CLEUSA T. CURTARELLI		×	K
MIGUEL F. PERUZZO		X	Viguel Pressy
ÉLCIO RIGON		X	My Maria

REJEITADO __ APROVADO __ VOTOS FAVORÁVEIS __ VOTOS CONTRÁRIOS _ 4

RUBRICA DI RETORA LEGISLATIVA
Diretora Legislativa
Câmara de Vereadores
Vila Flores/RS



De 09 de janeiro de 2025

REORGANIZA A ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE VILA FLORES, ESTABELECE AS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VILA FLORES, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1º Esta Lei estabelece a nova Estrutura Organizacional da Administração Direta do Município de Vila Flores e as competências gerais das unidades que a compõem.
- Art. 2º A Administração Municipal desenvolverá suas funções obedecendo a um processo permanente e contínuo de planejamento, visando à promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural do Município.
- Art. 3º A ação governamental será norteada a partir dos instrumentos de planejamento, elaborados sob a orientação e coordenação superior do Poder Executivo, assegurada à participação direta do cidadão e das associações representativas da sociedade.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

- Art. 4º A estrutura administrativa do Município de Vila Flores fica constituída da seguinte forma:
 - I Gabinete do Prefeito;
 - II Gabinete do Vice-Prefeito;
 - III Secretaria Municipal de Administração;
 - IV Secretaria Municipal de Finanças;





- V Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
- VI Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer;
- VII Secretaria Municipal de Obras e Trânsito;
- VIII Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio;
- IX Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.
- § 1º Integram a organização do Município, como órgãos de cooperação, representação e assessoramento ao Prefeito:
 - I Junta de Serviço Militar;
 - II Unidade Central de Controle Interno;
 - III Conselho Gestor do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor FAPS;
 - IV Conselho Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico;
 - V Conselho Municipal de Desenvolvimento de Vila Flores;
 - VI Conselho Municipal de Defesa Civil;
 - VII Conselho Municipal de Saúde;
 - VIII Conselho Municipal de Assistência Social;
 - IX Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - X Conselho Tutelar;
 - XI Conselho Municipal de Habitação;
 - XII Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social;
 - XIII Conselho Municipal de Educação;
 - XIV Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- XV Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB;
 - XVI Conselho Gestor do Polo Universitário;
 - XVII Junta Apuradora dos Recursos de Infrações JARI;
 - XVIII Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Vila Flores;





- XIX Conselho Municipal do Meio Ambiente;
- XX Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal Municipal SIM;
 - XXI Conselho Municipal de Turismo;
 - XXII Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural.
- § 2º Ficarão integrados à organização os Conselhos Municipais criados em legislação específica.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Seção I

DO GABINETE DO PREFEITO

- Art. 5º O Gabinete do Prefeito é órgão de assessoramento ao Prefeito, e tem por competência:
 - I a coordenação da política governamental do Município;
 - II a coordenação da representação política e social do Prefeito;
- III a assistência ao Prefeito em suas relações político-administrativas com a população, organismos estaduais e federais, órgãos e entidades públicos e privados;
 - IV a assessoria ao Prefeito em suas relações com a Câmara Municipal de Vereadores;
 - V a organização da agenda de audiências, entrevistas e reuniões do Prefeito;
 - VI a preparação e o encaminhamento do expediente a ser despachado pelo Prefeito;
- VII a coordenação das atividades de imprensa, relações públicas e divulgação das diretrizes, dos planos, programas e outros assuntos de interesse da Administração Pública;
 - VIII a organização e coordenação dos serviços de cerimonial;
- IX a articulação e apoio administrativo direto à Unidade Central de Controle Interno, bem como aos Conselhos vinculados ao Gabinete;
- X a articulação permanente com os demais órgãos que compõem a estrutura administrativa;
 - XI o controle de atos oficiais, contratos, convênios, entre outros;
 - XII o desempenho de outras competências correlatas.
 - § 1º O Gabinete do Prefeito será integrado pelos seguintes órgãos:





- I Chefia de Gabinete;
- II Procuradoria Jurídica;
- III Assessoria de Imprensa.
- § 2º Ficam vinculados à estrutura do Gabinete do Prefeito:
- I Junta de Serviço Militar;
- II Unidade Central de Controle Interno;
- III Conselho Gestor do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor FAPS;
- IV Conselho Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico;
- V Conselho Municipal de Desenvolvimento de Vila Flores;

Sub-Seção I

DA CHEFIA DE GABINETE

- Art. 6º A Chefia de Gabinete tem por finalidade:
- I promover e ampliar o poder de gerenciamento da municipalidade, assumindo papel de catalisador e de executor, fortalecendo parcerias com o executivo para ter eficiência e agilidade, conciliando-as aos recursos, metas e resultados;
- II assessorar os gestores da Administração Pública através da integração, parcerias e descentralização;
- III facilitar e fomentador as composições, focalizando interesses comuns e buscando as melhores soluções para o conjunto da sociedade.
 - IV executar outras competências correlatas.

Sub-Seção II

DA PROCURADORIA JURÍDICA

- Art. 7º A Procuradoria Jurídica tem por finalidade:
- I compatibilizar e integrar as atividades da Procuradoria Jurídica do Município, nos termos da legislação vigente;
- II representar judicial e extrajudicialmente o Município, bem como realizar a assessoria jurídica do ente público, emitindo pareceres sobre questões jurídicas que lhe sejam submetidas pelo Chefe do Executivo e demais dirigentes dos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal;
- III elaborar anteprojetos de lei, decretos, além de minutar ou rever, quando solicitado, editais de licitação, contratos, convênios, acordos e quaisquer documentos que envolvam matéria





de ordem jurídica;

- IV promover a execução da dívida ativa do Município;
- V assessorar técnica e operacionalmente na elaboração de projetos e atos administrativos oficiais expedidos pelo Poder Executivo;
- VI assessorar, preventiva e corretivamente, os demais órgãos e unidades quanto aos assuntos jurídicos e atos legais vigentes;
- VII manter relacionamento com órgãos institucionais, necessário ao desenvolvimento de suas atribuições.
 - VIII executar outras competências correlatas.

Sub-Seção III

DA ASSESSORIA DE IMPRENSA

- Art. 8º A Assessoria de Imprensa tem por finalidade:
- I empregar recursos e técnicas de comunicação, divulgação e informação de caráter institucional;
 - II responsabilizar-se pelo protocolo de solenidades e cerimoniais;
- III coordenar o sistema de comunicação, interno e externo, com o propósito de divulgar através da imprensa falada, escrita e televisionada, bem redes sociais, atos administrativos, conferindo caráter de transparência e de divulgação;
 - IV coordenar propaganda e marketing das ações e programas públicos;

estabelecer elos entre o Poder Público e a comunidade criando canal direto de comunicação e integração de modo que as demandas sejam identificadas, priorizadas e consolidadas através de ações práticas e efetivas.

V - executar outras competências correlatas.

Seção II

DO GABINETE DO VICE-PREFEITO

Art. 9º O Gabinete do Vice-Prefeito é órgão diretamente ligado ao Chefe do Poder Executivo, tendo como finalidade auxiliar no trato aos assuntos políticos e administrativos e, especificamente, representá-lo em seus impedimentos, além de desempenhar outras competências correlatas.

Parágrafo único. O Vice-Prefeito poderá exercer a função de Secretário Municipal.

Seção III

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 10. A Secretaria Municipal de Administração é o órgão do Município que tem por





competência:

- I a programação, a supervisão e o controle das atividades de administração geral do Município;
- II a execução das atividades relativas ao recrutamento, à seleção, à avaliação, aos direitos e deveres, aos registros e controles funcionais, ao controle de frequência, à elaboração da folha de pagamento e aos demais assuntos relativos à administração de pessoal;
 - III a organização e a coordenação de programas de capacitação de pessoal;
- IV a promoção dos serviços de inspeção de saúde dos servidores, para efeitos de nomeação, licença, aposentadoria e outros fins legais, bem como a divulgação de técnicas e métodos de segurança e medicina do trabalho no ambiente dos serviços;
- V a proposição de normas e atividades referentes à padronização, aquisição, recebimento, conferência, armazenamento, distribuição e controle de material;
- VI o processamento de licitações para efetivar a compra de materiais e a contratação de obras e serviços, leilões, licenciamento e seguro de veículos, nos termos da legislação federal;
- VII a padronização, aquisição, guarda, distribuição e controle dos materiais permanentes e de consumo;
- VIII a coordenação e o controle dos serviços inerentes à portaria, reprodução de papéis e documentos, segurança, limpeza, zeladoria, copa, telefonia, recepção e demais serviços auxiliares;
- IX a elaboração de normas, portarias, ordens de serviço e a promoção de atividades relativas a recebimento, distribuição, controle do andamento, triagem e arquivamento dos processos e documentos em geral que tramitam na Administração Pública;
- X a recuperação de documentos, arquivamento e divulgação de informações de interesse público e da Administração Municipal;
- XI o assessoramento ao Prefeito em matéria de planejamento integrado, organização, coordenação, controle e avaliação global das atividades desenvolvidas pelo Município;
- XII a elaboração de pesquisas, estudos de viabilidade e projetos de desenvolvimento socioeconômico de iniciativa do governo municipal;
- XIII a elaboração e o fomento da execução do plano de ação governamental, em coordenação com os demais órgãos do Município;
- XIV a proposição e difusão de modelos e normas, bem como a coordenação, acompanhamento e supervisão de ações voltadas para modernização da Administração Pública Municipal;
- XV o exercício, na área de gestão pública, das funções de assessoramento, planejamento, coordenação, supervisão, orientação técnica, controle, execução e avaliação de ferramentas de metodologias de gestão;





- XVI a articulação com a União e o Estado, no âmbito dos respectivos órgãos de planejamento, no sentido de compatibilizar decisões estratégicas do Município;
 - XVII o desempenho de outras competências correlatas.
- § 1º A Secretaria Municipal de Administração compreende, em sua estrutura, as seguintes unidades:
 - I Setor de Pessoal;
 - II Setor de Cadastro, Compras e Licitações;
 - III Setor de Almoxarifado;
 - § 2º Ficam vinculados à Secretaria Municipal de Administração:
 - I Conselho Municipal de Defesa Civil CMDC;

Sub-Seção I

DO SETOR DE PESSOAL

- Art. 11. O Setor de Pessoal possui como responsabilidades:
- I a execução das atividades relativas à política de administração de recursos humanos, principalmente no que se refere ao recrutamento, seleção, nomeação e treinamento de pessoal, vinculado à administração direta;
 - II o registro do controle funcional e financeiro;
 - III a movimentação de pessoal e demais anotações pertinentes;
- IV a elaboração da folha de pagamento, bem como das providências relativas ao cumprimento das obrigações e encargos sociais decorrentes, na forma estabelecida na legislação;
 - V a preparação dos atos de aposentadoria e demais de movimentação de pessoal;
 - VI o desempenho de outras competências correlatas.

Sub-Seção II

DO SETOR DE CADASTRO, COMPRAS E LICITAÇÕES

- Art. 12. O Setor de Cadastro, Compras e Licitações possui como responsabilidades:
- I a programação e supervisão das atividades de aquisição, elaboração e publicação de editais de licitações;
- II o controle e processo de compras para as diversas unidades, de acordo com as disposições e normas vigentes;
 - III a atualização do cadastro de fornecedores e fichas de controle de acordo com as





formalidades legais;

- IV o recebimento, ordenação e registro dos pedidos de compras, equipamentos, material permanente, de consumo e de serviços e obras, promovendo seu atendimento de acordo com as normas em vigor;
- V a realização de testes e análises, quando necessário, para a verificação do cumprimento dos requisitos técnicos que devam ser satisfeitos pelos materiais adquiridos;
- VI o acompanhamento e controle da execução de contratos e convênios celebrados pelo Município;
 - VII o desempenho de outras competências correlatas.

Sub-Seção III

DO SETOR DE ALMOXARIFADO

- Art. 13. O Setor de Almoxarifado possui como responsabilidades:
- I o recebimento, registro, guarda, distribuição e controle dos materiais;
- II a organização e manutenção de estoques de materiais;
- III o desempenho de outras competências correlatas.

Seção IV

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

- Art. 14. A Secretaria Municipal de Finanças é o órgão municipal que tem por competência:
- I a proposição das políticas tributária e financeira de competência do Município;
- II organizar, inscrever e manter atualizado o cadastro dos imóveis localizados na zona urbana do Município, para fins de tributação, na forma da legislação vigente, inclusive os que gozam de imunidade ou isenção;
- III cadastrar os contribuintes do proposto sobre parecer de qualquer natureza e demais tributos de competência do Município;
- IV proceder a levantamentos de campo ou pesquisas de dados complementares, necessário à revisão e atualização dos cadastros existentes;
- V proceder ao registro, o acompanhamento e o controle contábil da administração orçamentária, financeira e patrimonial;
 - VI fazer a inscrição, o controle e a cobrança amigável da dívida ativa do Município;
- VII coletar elementos, junto aos cartórios de notas, registros de imóveis e outras fontes, referentes às transações imobiliárias, com o objetivo de atualizar o valor venal dos imóveis cadastrados;





- VIII proceder à emissão dos conhecimentos relativos à cobrança dos tributos de sua competência, bem como registrar os créditos;
- IX proceder a diligências fiscais nos casos de inclusões, isenções, imunidades, arbitramento, revisões e outros casos que requeiram verificações ou investigações externas ou internas;
 - X autuar os infratores da legislação tributária no âmbito de sua competência;
- XI informar processos e expedientes que versem sobre assuntos de sua competência, bem como para o fornecimento de certidões;
- XII estudar a legislação tributária federal e estadual, bem como seus possíveis reflexos e aplicação no âmbito municipal, propondo alterações que proporcionem ao Município permanente atualização no campo tributário;
- XIII efetuar o acompanhamento, a fiscalização e a preparação das prestações de contas de recursos transferidos de outras esferas de Governo para o Município;
- XIV fazer a fiscalização e a tomada de contas dos órgãos de administração centralizada encarregados de movimentação de dinheiro e valores;
- XV proceder ao recebimento, o pagamento, a guarda a movimentação e a fiscalização de dinheiros e outros valores;
 - XVI julgar, em primeira instância, as reclamações contra o lançamento de tributos;
- XVII organizar e manter atualizados os cadastros dos contribuintes sujeitos aos tributos municipais;
- XVIII promover a emissão dos conhecimentos relativos à cobrança dos tributos de sua competência, bem como registrar os créditos;
- XIX coletar elementos junto às entidades de classe, Junta Comercial e outras fontes, referentes ao exercício de atividades passíveis de tributação municipal, com a finalidade de controle e atualização dos cadastros;
- XX proceder a diligências fiscais nos casos de inclusões, imunidades, isenções, arbitramento, revisões e outros casos que requeiram interpretações, verificações ou investigações internas ou externas;
- XXI executar levantamentos de campo ou pesquisas complementares necessárias à revisão e atualização dos cadastros;
- XXII ouvida da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, quanto ao zoneamento de uso, fornecer, quando for o caso, Alvará de Licença para Localização ou Exercício de Atividades;
- XXIII elaborar, em coordenação com os demais órgãos do Município, as propostas orçamentárias anual, as diretrizes orçamentárias e plurianual e o acompanhamento de sua execução, de acordo com as políticas estabelecidas pelo Governo Municipal;





- XXIV desenvolver estudos e estabelecer normas, objetivando o progressivo aperfeiçoamento dos processos e padrões orçamentários;
- XXV proceder ao tombamento, o registro, o inventário, a proteção e a conservação dos bens móveis e imóveis do Município.
 - XXVI executar outras competências correlatas.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Finanças compreende, em sua estrutura, as seguintes unidades:

- I Departamento Contábil e Fiscal;
- II Setor de Contabilidade, Empenhos e Prestação de Contas;
- III Setor de Finanças, Arrecadação e Tesouraria;
- IV Setor de Tributação e Cadastro Imobiliário;
- V Departamento de Patrimônio.

Sub-Seção I

DO DEPARTAMENTO CONTÁBIL E FISCAL

- Art. 15. O Departamento Contábil e Fiscal é o órgão responsável pela gestão das atividades contábeis e fiscais relacionadas às despesas e receitas financeiras, aptas a buscar o equilíbrio das contas públicas e tem por responsabilidades:
- I organizar, dirigir, orientar e supervisionar as atividades relacionadas classificação de receitas e despesas, bem como arrecadação de tributos;
 - II desenvolver programas de acordo com as normas contábeis e tributárias;
- III zelar pela pontualidade e cumprimento dos prazos das prestações de contas mensais, bimestrais, trimestrais, quadrimestrais e semestrais, quando for o caso, e balanços do Município;
- IV controlar os índices de gastos previstos na Constituição Federal e legislações diversas, principalmente quanto a: despesa de pessoal; educação, saúde, entre outras;
 - V elaborar relatórios sobre a gestão orçamentária, financeira e tributária;
- VI promover a avaliação dos trabalhos, acolhendo sugestões para minimizar problemas e dificuldades relacionadas à gestão contábil e fiscal;
 - VII desenvolver outras competências correlatas.

Sub-Seção II

DO SETOR DE CONTABILIDADE, EMPENHOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 16. O Setor de Contabilidade e Empenhos tem por competência:





- I o estudo, classificação, escrituração e análise dos atos e fatos administrativos municipais, de forma analítica e sintética;
- II a elaboração dos orçamentos e planos de investimentos, na forma e tempo adequados, concomitantemente com os demais órgãos do Município;
- III a execução e avaliação do Plano de Governo, do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias, dos Orçamentos Anuais e dos planos e programas Setoriais;
- IV a elaboração, atualização e promoção dos planos municipais de desenvolvimento, bem como da elaboração de projetos, estudos e pesquisas necessárias ao desenvolvimento das políticas estabelecidas pelo governo municipal;
- V a elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e da proposta Orçamentária Anual, em colaboração com os demais órgãos do Município, de acordo com as políticas estabelecidas pelo governo municipal;
- VI o acompanhamento, controle e avaliação da execução orçamentária e financeira, contabilidade e movimentação financeira, compatibilizando os cronogramas de repasse de recursos com aplicações realizadas e previstas, de acordo com as informações e normas vigentes;
- VII a coordenação, programação, supervisão e controle da execução dos serviços de processamento informatizado de dados, buscando a otimização do uso dos recursos tecnológicos disponíveis para o tratamento adequado das informações de natureza econômico-fiscal, contábil-financeira e administrativa;
- VIII a programação dos serviços relativos a empenho de despesas e controle dos créditos orçamentários;
 - IX o registro da movimentação de recursos financeiros;
 - X a elaboração de planos e prestações de contas de recursos financeiros;
 - XI a elaboração mensal dos balancetes e anualmente do balanço;
- XII o arquivamento de documentos relativos aos empenhos, movimentação financeira e contábil:
- XIII o controle da movimentação de transferências recebidas de órgãos do Estado e da União, inclusive de outros fundos especiais;
 - XIV a elaboração de relatórios informativos referentes à situação financeira do Município;
 - XV a elaboração de pareceres referentes à contabilidade;
- XVI a apresentação de relatórios de prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado, análise da prestação de contas;
 - XVII a execução de outras competências, na forma da Lei.





Sub-Seção III

DO SETOR DE FINANÇAS, ARRECADAÇÃO E TESOURARIA

- Art. 17. O Setor de Finanças, Arrecadação e Tesouraria tem por competência:
- I a promoção, arrecadação e recolhimento das rendas públicas na forma da lei;
- II o estudo, proposição, criação, alteração ou extinção de unidades arrecadadoras;
- III a coordenação das atividades relacionadas à gestão eficiente dos recursos públicos, bem como, a implementação de ações efetivas de fiscalização, objetivando o aumento da arrecadação.
 - IV a implantação de programas de combate à sonegação de tributos;
 - V a supervisão da execução orçamentária;
 - VI a execução do pagamento das despesas de acordo com o cronograma de desembolso;
- VII o controle do recebimento e a guarda bancária dos recursos e outros valores do Município;
 - VIII o controle de emissão de cheques;
 - IX a elaboração de boletins diários de movimento financeiro da Tesouraria;
 - X o controle e acompanhamento do numerário proveniente de convênios;
 - XI a conferência dos processos referentes a pagamentos, antes da emissão de cheques;
 - XII a elaboração dos demonstrativos mensais das despesas realizadas;
 - XIII a realização da conciliação bancária;
 - XIV o desenvolvimento de outras competências correlatas.

Sub-Seção IV

DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO IMOBILIÁRIO

- Art. 18. O Setor de Tributação e Cadastro Imobiliário tem por competência:
- I a programação, orientação, coordenação, controle e avaliação da execução das atividades referentes ao lançamento e arrecadação dos tributos do Município;
 - II a orientação e supervisão da aplicação da legislação tributária;
 - III a análise dos processos fiscais;
 - IV a manutenção e o controle do cadastro dos contribuintes e do sistema de informações





fiscais;

- V a execução e fiscalização sobre os tributos;
- VI a notificação dos contribuintes dos lançamentos tributários;
- VII a inscrição dos débitos em dívida ativa e o acompanhamento da sua cobrança, na forma da lei:
- VIII a fiscalização do cumprimento da legislação tributária, fiscal e de posturas do Município;
 - IX a execução de outras competências correlatas.

Sub-Seção V

DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO

- Art. 19. O Departamento de Patrimônio possui como atividade principal a gestão do patrimônio municipal, incluindo bens móveis, imóveis, a Praça Central e Cemitério Municipal, mediante o cumprimento das seguintes atribuições:
- I a organização e direção das atividades relativas à classificação, codificação e manutenção atualizada dos registros, demonstrativos, tombamentos e inventários físicos do patrimônio mobiliário e imobiliário do Município;
- II a coordenação, identificação dos bens suscetíveis de baixa e o encaminhamento de abertura dos processos de alienação, bem como o acompanhamento da sua tramitação;
- III promover, controlar e supervisionar a execução das atividades relativas à manutenção e conservação do patrimônio municipal, assim como da Praça Central do Município de Vila Flores;
- IV coordenar os trabalhos de recadastramento das unidades que compõem o Cemitério Municipal, bem como a organização de novos espaços;
 - V a execução de outras competências correlatas.

Seção V

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Art. 20. A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social é o órgão do Município que tem por competência:
- I o planejamento, organização, gerência, execução, controle e avaliação das ações e serviços públicos de saúde e assistência social;
- II a participação no planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde SUS, em articulação com sua direção estadual;
- III a execução de programas de ação preventiva, de educação sanitária e de vacinação permanente, em coordenação com as esferas estaduais e federais;





- IV o desenvolvimento e a execução de serviços de vigilância epidemiológica e sanitária, de alimentação e nutrição, de saneamento básico e de saúde do trabalhador;
- V a orientação do comportamento de grupos específicos em face de problemas de saúde, higiene, condições sanitárias e outros;
- VI a fiscalização do cumprimento das posturas municipais referentes ao poder de polícia aplicado à higiene pública e ao saneamento;
- VII a colaboração na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes, para controlá-las;
- VIII a celebração de contratos e convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, bem como controlar e avaliar sua execução;
 - IX o controle e fiscalização dos procedimentos dos serviços privados de saúde;
- X a normatização, complementarmente, das ações e serviços públicos de saúde no seu âmbito de atuação;
- XI o desenvolvimento das atividades relacionadas ao planejamento e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, no âmbito do Município;
- XII motivar a participação da população em soluções de caráter cooperativo, mediante o uso de processos autoconstrutivos e outros, a fim de facilitar o acesso à habitação de interesse social;
- XIII a formulação e execução da política municipal de assistência social, conjugando esforços dos setores governamentais e não governamentais, visando proteção à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e às pessoas portadoras de necessidades especiais;
- XIV a formulação e implementação da política de promoção, atendimento, proteção, amparo, defesa e garantia dos direitos da criança e adolescente, em parceria com organizações governamentais e não governamentais, observando-se a legislação pertinente;
- XV o desenvolvimento de planos, programas e projetos, destinados à promoção humana e visando à inclusão social;
- XVI a realização de atividades de pesquisa da realidade social, desenvolvendo e capacitando recursos humanos, orientando-os à prestação de serviços técnicos na área social;
 - XVII a promoção e o fortalecimento das relações familiares no âmbito da sociedade;
 - XVIII a formulação e execução das políticas de apoio aos idosos e às minorias;
- XIX a ação junto a grupos sociais, visando sua organização e desenvolvimento de objetivos e de melhoria das condições de vida;
 - XX a negociação de convênios com órgãos públicos federais e estaduais para implementar





programas e ações voltadas para a assistência social e habitação;

- XXI a prestação de apoio aos portadores de necessidades especiais, mobilizando a colaboração comunitária;
- XXII o atendimento, de acordo com as previsões orçamentárias e financeiras, a população carente, através dos programas de assistência social e habitação;
- XXIII a realização do mapeamento e o cadastramento técnico das áreas utilizadas pela população carente;
- XXIV o desenvolvimento de programas de atendimento à família, jovens, dependentes químicos e demais segmentos necessitados;
- XXV a criação e manutenção de cadastro das famílias em situação de maior vulnerabilidade social e risco, residentes no Município;
- XXVI o assessoramento às organizações não governamentais e comunitárias quanto às questões sociais;
- XXVII a execução de serviços de orientação, acompanhamento e avaliação das famílias beneficiadas por programas de transferência de renda, instituídos por leis específicas da União, do Estado e do Município e/ou resoluções emanadas dos respectivos Conselhos;
 - XXVIII o desempenho de outras competências correlatas.
- § 1º A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social compreende, em sua estrutura, as seguintes unidades:
 - I Departamento de Saúde;
 - II Departamento de Assistência Social, Habitação e Cidadania;
 - III Departamento de Projetos Esportivos e de Inclusão Social.
 - IV Setor de Serviços Administrativos e de Enfermagem.
 - § 2º Ficam vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência:
 - I Conselho Municipal de Saúde;
 - II Conselho Municipal de Assistência Social;
 - III Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - IV Conselho Tutelar;
 - V Conselho Municipal de Habitação;
 - VI Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social;





Sub-Seção I

DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE

- Art. 21. O Departamento de Saúde é o órgão responsável pela gestão do Sistema Único de Saúde SUS –, além da Estratégia de Saúde da Família ESF, especialmente nas atividades de planejamento, supervisão, avaliação e controle das ações de saúde pública no Município e possui como responsabilidades:
- I a definição do perfil epidemiológico do Município, elaborando a partir dele os programas a serem implantados e/ou implementados;
 - II o apoio na Unidade Sanitária na operacionalização de investigação epidemiológica;
- III a implantação, desenvolvimento e coordenação dos programas de saúde em âmbito municipal;
 - IV o controle e distribuição de insumos específicos de cada programa;
- V o planejamento e controle do funcionamento da Unidade Básica de Saúde, da Estratégia de Saúde da Família e da farmácia pública, provendo-os de suas necessidades materiais, de recursos humanos, de manutenção e de transporte, em articulação com outras unidades;
- VI a execução de trabalhos articulados com os demais departamentos da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e/ou outras Secretarias no âmbito do Município, União, Estado ou instituições afins;
- VII a orientação e fiscalização das ações necessárias ao controle de doenças infectocontagiosas e/ou agravos à saúde, incluindo-se: implantação, treinamento e acompanhamento do desenvolvimento das ações de vigilância epidemiológica e de imunização no Município, seguindo normas legais e técnicas emanadas do Ministério da Saúde, da Secretaria Estadual de Saúde e de outros órgãos afins;
- VIII a coordenação técnica e de medidas para contenção de epidemias e/ou de investigação epidemiológica, envolvendo doenças e/ou agravos à saúde, que possam potencialmente representar riscos à saúde da coletividade;
- IX a avaliação de dados epidemiológicos e elaboração de boletins periódicos, analisando a ocorrência de doenças e agravos pertinentes à realidade local, bem como considerando prioridades definidas pela Secretaria Estadual de Saúde e Ministério da Saúde;
- X a coordenação, em nível municipal, da realização de campanhas nacionais, estaduais e municipais de vacinação;
- XI o controle de bens de consumo que direta ou indiretamente se relacionam à saúde, envolvendo todas as etapas e processos de produção até o consumo final, compreendendo matérias primas, transporte, armazenamento, distribuição, comercialização e consumo de produtos de interesse à saúde;
- XII atividades de planejamento, supervisão, avaliação e controle das ações de saúde mental no Município, desenvolvidas de acordo com as normas técnicas;





- XIII a coordenação técnica e de medidas para contenção de doenças mentais e/ou de investigação, em todos os casos que se fizer necessário, envolvendo doenças e/ou agravos à saúde, que possam potencialmente representar riscos à saúde da coletividade;
 - XIV o encaminhamento e expedição de documentos em geral da saúde;
 - XV a elaboração de relatórios e documentação a ser remetida a órgãos públicos;
- XVI o transporte de pacientes para outras cidades, organização de arquivos e fichários de pacientes, atualização do cadastro de famílias mais carentes;
 - XVII o desenvolvimento de outras competências correlatas.

Sub-Seção II

DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E CIDADANIA

- Art. 22. O Departamento de Assistência Social, Habitação e Cidadania é o órgão responsável pela organização e execução de programas de desenvolvimento comunitário e social, de forma a garantir a universalidade do atendimento e possui como responsabilidades:
- I o desenvolvimento de programas de atendimento à família, à terceira idade, aos dependentes químicos e demais segmentos necessitados;
 - II manutenção do cadastro atualizado das pessoas carentes residentes no Município;
- III o atendimento, de acordo com as previsões orçamentárias e financeiras, da população carente, através dos programas de assistência social;
- IV realização de estudos, projetos e pesquisas para a formulação de política de promoção humana do Município;
- V o desenvolvimento de projetos, programas e atendimento às necessidades emergenciais do núcleo familiar e atenção específica para criança e o adolescente, idoso e pessoas portadoras de necessidades especiais;
- VI a realização de estudos e proposições com vistas à criança e ao adolescente, com prioridade ao direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à consciência familiar e comunitária; a realização de estudos e proposições de programas de prevenção e atendimento especializado aos portadores de necessidade especial, bem como sua integração social, mediante treinamento para o trabalho e a convivência, facilitando seu acesso aos bens e serviços;
- VII a realização de estudos e proposições, visando propiciar recursos educacionais e científicos para o planejamento familiar;
- VIII a realização do planejamento habitacional, destinado à população carente e sem meios econômicos e financeiros;
 - IX a instituição e coordenação de um sistema de dados e informações relativo à habitação;





- X o atendimento, de acordo com as previsões orçamentárias e financeiras, da população carente, através dos programas de habitação popular, bem como o gerenciamento em nível municipal, dos programas federais e estaduais de auxílio à aquisição da moradia para famílias de baixa renda e moradores de áreas de risco e áreas irregulares;
- XI a realização de atendimento prioritário em termos de habitação popular, conforme estabelecer a legislação específica;
- XII a administração, fiscalização e controle dos programas de habitação popular, conforme estabelecer a legislação, regulamentos e normas específicas;
 - XIII a execução de outras competências correlatas.

Sub-Seção III

DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESPORTIVOS E DE INCLUSÃO SOCIAL

- Art. 23. O Departamento de Projetos Esportivos e de Inclusão Social é o órgão responsável pela coordenação das atividades relacionadas aos programas sociais voltados à integração dos diversos segmentos da sociedade e tem por responsabilidades:
- I organizar, dirigir, orientar e supervisionar as atividades relacionadas à inclusão social nos diversos segmentos da sociedade, atuando em todos os programas formulados com tal finalidade;
 - II desenvolver programas de acordo com os segmentos sociais existentes;
- III realizar atividades em escolas e comunidades municipais, com vistas a promover a criação e participação em programas sociais, especialmente o Projeto "Escola Jogando para o Futuro";
- IV promover atividades com idosos, adultos e crianças voltadas à inclusão e práticas esportivas;
 - V elaborar calendário da programação anual das atividades esportivas e de lazer;
- VI promover a avaliação dos trabalhos, acolhendo sugestões para minimizar problemas e dificuldades relacionadas à inclusão social;
 - VII desenvolver outras competências correlatas.

Sub-Seção IV

DO SETOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E DE ENFERMAGEM

- Art. 24. O Setor de Serviços Administrativos e de Enfermagem tem por competência:
- I coordenar as atividades relativas aos serviços administrativos e de enfermagem junto à Unidade Sanitária do Município;
 - II assegurar melhor desempenho dos serviços prestados à comunidade;
 - III organizar, dirigir, orientar e supervisionar as atividades relacionadas à organização e





supervisão da atividade de prestação de serviços na área de saúde;

- IV coordenar o uso de ambulâncias e de viagens para atendimentos em outras cidades;
- V supervisionar os programas de prestação de serviços de saúde na família, saúde bucal e demais programas de natureza governamental realizados pelo Município;
 - VI executar outras competências correlatas.

Seção VI

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E LAZER

- Art. 25. A Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer é o órgão do Município que tem por competência:
- I a proposição, a organização, manutenção e desenvolvimento da política educacional do Município, integrando-a aos planos e programas educacionais da União e do Estado;
- II a instalação, a manutenção e a administração das unidades de ensino a cargo do Município, assim como a orientação técnico-pedagógica;
- III a fixação de normas para a organização escolar, didática e disciplinar das unidades de ensino, de acordo com a legislação em vigor;
- IV a administração da assistência ao educando no que diz respeito à alimentação escolar, material didático, transporte e outros aspectos, em articulação com entidades federais e estaduais competentes;
- V o desenvolvimento de programas de orientação pedagógica e de aperfeiçoamento de professores, auxiliares de ensino e demais servidores relacionados à área, visando ao aprimoramento da qualidade do ensino;
- VI o estudo e a implementação de programas voltados ao desenvolvimento cultural dos alunos, mediante a inclusão de disciplinas relacionadas às artes, à música, e aos usos e costumes dos diferentes grupos étnicos brasileiros;
 - VII o exercício da ação redistributiva em relação às escolas municipais;
 - VIII a instituição de normas complementares para o sistema municipal de ensino;
- IX a autorização, credenciamento e supervisão dos estabelecimentos do sistema municipal de ensino;
- X oferecimento da educação infantil em creches para crianças de 04 (quatro) meses até 03 (três) anos e 11 (onze) meses, e com prioridade a pré-escola para crianças a partir dos 04 (quatro) anos até o ensino fundamental, observando o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- XI a realização de matrícula de todos os educandos a partir de 04 (quatro) anos de idade na educação infantil;





- XII a realização de matrícula de todos os educandos a partir de 06 (seis) anos de idade no ensino fundamental;
- XIII oferecimento da educação escolar regular para jovens e adultos com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades;
- XIV a promoção de integração dos estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar;
- XV o estabelecimento de mecanismos para progressão da sua rede pública do ensino fundamental;
- XVI o estabelecimento de mecanismos para avaliar a qualidade do processo educativo desenvolvido pelas escolas públicas municipais e da iniciativa privada;
- XVII zelar pela observância da legislação referente à educação e pelo cumprimento das decisões do Conselho Municipal de Educação nas instituições sob sua responsabilidade;
- XVIII aprovar regimentos e planos de estudos das instituições de ensino sob sua responsabilidade;
 - XIX submeter à apreciação do Conselho Municipal de Educação os planos elaborados;
- XX a articulação com entidades públicas ou privadas, visando o aprimoramento dos recursos técnicos e operacionais;
- XXI a organização e definição dos parâmetros para elaboração dos planos, regimento e calendário escolar, históricos, boletins, projetos pedagógicos, estrutura curricular e outros documentos pertinentes;
 - XXII a definição das diretrizes para formulação das políticas públicas de ensino municipal;
- XXIII a definição de metas de trabalho, com a proposição de estudos e levantamentos relativos ao sistema de ensino;
- XXIV o planejamento e a coordenação de programas e planos de esportes, recreação e lazer dirigidos às várias faixas etárias;
 - XXV a programação de eventos desportivos de caráter popular;
- XXVI o desenvolvimento, promoção, divulgação e controle das atividades desportivas e de lazer do Município, estimulando o hábito de esporte nas comunidades;
 - XXVII o desempenho de outras competências correlatas.
- § 1º A Secretaria Municipal de Educação e Desporto compreende, em sua estrutura, as seguintes unidades:
 - I Departamento de Educação e Supervisão Educacional;





- II Setor de Informática, Comunicação e Inclusão Digital;
- III Polo Universitário;
- IV Setor de Atividades Desportivas e de Lazer.
- § 2º Ficam vinculados à Secretaria Municipal de Educação e Desporto:
- I Conselho Municipal de Educação;
- II Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- III Conselho Municipal de Acompanhamento, Controle Social, Comprovação e Fiscalização dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB;
 - IV Conselho Gestor do Polo Universitário:

Sub-Seção I

DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO EDUCACIONAL

- Art. 26. O Departamento de Educação e Supervisão Educacional tem por competência:
- I a implementação, manutenção e avaliação das políticas pedagógicas para a educação básica, proporcionando suporte técnico-pedagógico aos gestores, professores e técnicos na implantação de políticas, programas e objetivos educacionais, nas modalidades de ensino do Município:
- II a promoção do pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
 - III a instituição de normas complementares para o seu sistema de ensino;
- IV a autorização, credenciamento e supervisão dos estabelecimentos do seu sistema de ensino, na área de sua competência;
- V a elaboração e execução da proposta pedagógica, de acordo com a política educacional do Município;
- VI a manifestação acerca dos convênios com os órgãos federais, estaduais e entidades particulares, objetivando o desenvolvimento das atividades no âmbito de sua competência;
- VII o gerenciamento dos serviços de alimentação escolar, transporte escolar, material didático e outros programas suplementares desenvolvidos;
- VIII o recenseamento da população em idade escolar, para o ensino fundamental e os jovens e adultos, que a ele não tiveram acesso;
 - IX a realização de atividades de coordenação, assessoramento e supervisão escolar;





- X a coleta de informações e diagnósticos referentes ao contexto escolar;
- XI o estudo, planejamento, organização e execução de atividades relativas à implantação e manutenção da educação em âmbito municipal, traçadas de acordo com as diretrizes e parâmetros curriculares nacionais;
 - XII a organização e divulgação de normas relativas às etapas escolares;
- XIII o estudo e edição de normas e procedimentos para avaliação dos alunos da rede municipal de ensino;
- XIV a coordenação do processo de avaliação das ações pedagógicas e do cumprimento do currículo e do calendário escolar;
- XV a instituição de programas ocupacionais para alunos do Município em turno inverso ao da aula normal;
 - XVI o acompanhamento da compra, uso e distribuição da merenda escolar;
- XVII a supervisão do uso de materiais de expediente, materiais didáticos e demais bens de consumo das escolas municipais, controlando seu uso e aproveitamento;
- XVIII a elaboração de relatórios de bens e serviços, voltados à educação, a serem adquiridos pelo Poder Público;
 - XIX a supervisão do andamento e a qualidade dos cursos existentes;
 - XX a supervisão de programas de governo realizados no Município;
 - XXI a execução de outras competências correlatas.

Sub-Seção II

DO SETOR DE INFORMÁTICA, COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

- Art. 27. O Setor de Informática, Comunicação e Inclusão Digital possui como responsabilidades:
- I organizar, dirigir, orientar e supervisionar o uso e controle da manutenção realizada nos equipamentos de informática;
- II solicitar e analisar orçamentos para compra de equipamentos de informática, periféricos e afins;
- III otimizar de forma racional e econômica o uso de impressoras e equipamentos de informática:
 - IV aprovar requisições de serviços de manutenção;
 - V determinar a guarda e conservação dos equipamentos de informática, som e telefonia;





- VI fiscalizar o uso consciente dos equipamentos de informática por parte dos monitores de escolas, alunos da rede pública municipal e servidores do Município;
- VII manter planilha de controle de patrimônio de equipamentos de informática, registrando em cada equipamento a substituição de componentes e o valor despendido;
 - VIII desempenhar outras competências correlatas.

Sub-Seção III

DO POLO UNIVERSITÁRIO

- Art. 28. O Polo Universitário de Vila Flores tem por competência:
- I promover a mediação entre os públicos de interesse do Polo Universitário, incluindo tutores, mantenedores, alunos e colaboradores;
- II desenvolver a atividade de articulação pedagógica de nível superior, sempre prezando pela qualidade de ensino;
 - III promover a organização do corpo docente da Instituição, assim como de seus tutores;
- IV promover o planejamento estratégico com o objetivo de garantir a melhoria contínua na gestão do Polo Universitário;
- V buscar a melhoria e a implantação de novos cursos acadêmicos, de acordo com o projeto político-pedagógico da Instituição;
 - VI implementar recursos para a realização das aulas;
- VII manter proposta pedagógica de supervisão e organização dos cursos oferecidos pela Instituição;
 - VIII desempenhar outras competências correlatas.

Sub-Seção IV

DO SETOR DE ATIVIDADES DESPORTIVAS E DE LAZER

- Art. 29. O Setor de Atividades Desportivas e de Lazer tem por competência:
- I desenvolver a política de desporto e lazer no Município;
- II coordenar as atividades relativas a programas e planos de esportes, recreação e lazer dirigidos às várias faixas etárias, objetivando a melhoria da qualidade de vida;
 - III promover a participação e colaboração dos órgãos e entidades privadas nas promoções;
- IV coordenar programas, projetos e eventos esportivos, voltados aos portadores de deficiência física incapacitante e idosos, em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:





- V elaborar programas de desenvolvimento do esporte amador e de eventos desportivos de caráter popular;
- VI acompanhar, incentivar e apoiar as manifestações e atividades desportivas das entidades, atletas e comunidades;
- VII promover, em colaboração com associações e clubes esportivos, concursos, torneios e outras atividades que estimulem o desenvolvimento do esporte;
- VIII propor normas e regulamentos para a organização e o funcionamento dos eventos esportivos;
 - IX divulgar o calendário esportivo e de atividades de lazer do Município;
- X apoiar e promover competições e campeonatos esportivos, em todas as modalidades, visando à integração e a descoberta de novos talentos locais;
 - XI incentivar à integração das ações desenvolvidas pelos diversos grupos e clubes;
 - XII desempenhar outras competências correlatas.

Seção VII

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRÂNSITO

- Art. 30. A Secretaria Municipal de Obras e Trânsito é o órgão do Município que tem por competência:
- I a elaboração de estudos, diagnósticos e pesquisas de natureza urbanística, necessários ao processo de planejamento físico e territorial do Município;
- II o estudo e a elaboração de normas urbanísticas para o Município, especialmente as referente a desenho urbano, zoneamento, obras, edificações e posturas;
- III a fiscalização, visando o cumprimento das normas referentes ao uso do solo, zoneamento, loteamentos, meio ambiente, nos termos do que lhe for deferido, de construções particulares e de órgãos públicos estaduais e federais;
- IV a execução de atividades concernentes à construção, manutenção e conservação de obras públicas municipais e instalações para prestação de serviços à comunidade;
- V a construção, pavimentação, manutenção e conservação de estradas, caminhos municipais e vias urbanas;
- VI o planejamento, a organização, o controle e a fiscalização dos serviços de varrição, limpeza de vias e logradouros públicos, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos:
- VII o planejamento, a construção, a conservação e manutenção de parques, praças e jardins públicos, em colaboração com a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio;





- VIII a administração e a implantação do plano de sinalização e trânsito, em articulação com os órgãos municipais, estaduais, federais e afins;
 - IX a manutenção dos serviços de iluminação pública;
 - X a manutenção dos serviços da rede de água municipal;
- XI a administração dos serviços de máquinas e equipamentos do Município, incluindo a guarda, o abastecimento, a manutenção e o controle dos veículos, equipamentos e máquinas da frota municipal;
- XII a execução dos serviços de carpintaria, pintura, marcenaria, eletricidade e de serviços de reparos para os demais órgãos do Município;
- XIII a elaboração ou contratação de projetos de execução de rede de iluminação, obras viárias e prédios públicos, segundo as diretrizes do planejamento geral do Município;
- XIV a execução ou fiscalização da implantação e manutenção da rede de iluminação de logradouros públicos municipais, monumentos e prédios municipais;
- XV a fiscalização do cumprimento das disposições de natureza legal, no que diz respeito a sua área de competência, bem como a aplicação das sanções aos infratores;
- XVI a execução ou fiscalização da construção e conservação das estradas do Município, bem como a manutenção da infraestrutura industrial de apoio aos seus trabalhos;
 - XVII o cumprimento da legislação e as normas de trânsito, no âmbito municipal;
- XVIII o planejamento, projeção, regulamentação e operacionalização do trânsito de veículos, pedestres, animais, promovendo o desenvolvimento da circulação e da segurança de pedestres e ciclistas;
- XIX a implantação, manutenção e operacionalização do sistema de sinalização, dos dispositivos e dos equipamentos de controle viário;
- XX a execução da fiscalização de trânsito, autuando e aplicando as penalidades administrativas, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código de Trânsito Brasileiro:
- XXI a aplicação das penalidades por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas na Lei Federal nº 9.503/97, com a notificação dos infratores;
- XXII a fiscalização, autuação e aplicação das penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como a notificação e arrecadação das multas que aplicar;
- XXIII a autorização e fiscalização da realização de obras e eventos que interfiram na livre circulação de veículos e pedestres, de acordo com o regulamento pertinente, arrecadando as multas que aplicar;





- XXIV o exercício das atividades previstas para o órgão executivo municipal de trânsito, conforme o disposto no §2º do art. 95 da Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro;
- XXV integrar-se a órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação;
- XXVI a promoção e participação de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
- XXVII o apoio às ações específicas da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio;
 - XXVIII o desempenho de outras competências correlatas.
- § 1º A Secretaria Municipal de Obras, Trânsito e Saneamento compreende, em sua estrutura, as seguintes unidades:
 - I Departamento de Obras Públicas e Trânsito;
 - II Setor de Máquinas;
 - III Setor de Obras Públicas;
 - IV Setor de Mecânica e Manutenção;
- § 2º Fica vinculada à Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, nos termos da Lei Municipal nº 1715, de 14 de novembro de 2012.

Sub-Seção I

DO DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS E TRÂNSITO

- Art. 31. O Departamento de Obras Públicas e Trânsito possui como responsabilidades:
- I o estudo e a elaboração de normas urbanísticas para o Município, especialmente àqueles referentes a desenho urbano, zoneamento, obras e edificações;
 - II a proposição de normas e diretrizes referentes à estrutura viária do Município;
- III a elaboração de projetos de obras públicas e os respectivos orçamentos, programação e acompanhamento de sua execução;
- IV o acompanhamento, o controle e a fiscalização das obras públicas executadas pela Secretaria e contratadas a terceiros pelo Município;
 - V o desempenho de outras competências correlatas.

Sub-Seção II

SETOR DE MÁQUINAS





- Art. 32. O Setor de Máquinas é o órgão responsável pela coordenação das atividades relativas aos serviços prestados pelos maquinários ligados à Secretaria de Obras e Trânsito, possuindo como responsabilidades:
- I coordenar atividades relativas aos serviços de máquinas e equipamentos da Secretaria, incluindo o trabalho direto;
- II avaliar e acompanhar o desenvolvimento de atividades dos operadores de máquinas da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito;
 - III executar outras competências correlatas.

Sub-Seção III

DO SETOR DE OBRAS PÚBLICAS

- Art. 33. O Setor de Obras Públicas é o órgão responsável pelas atividades concernentes a:
- I elaboração de projetos, construção e conservação de obras públicas municipais, assim como dos prédios da municipalidade;
 - II pavimentação e abertura de ruas e logradouros públicos;
- III construção e conservação de estradas e caminhos municipais, integrantes do sistema viário do Município;
- IV construção de pontes, pontilhões, bueiros e sistema de drenagem, garantindo a conservação das estradas municipais;
- V implantação, execução e conservação de obras de saneamento básico e drenagem urbana;
- VI administração do parque rodoviário municipal e veículos automotores, execução dos serviços de manutenção, conservação, conserto e recuperação, abastecimento, lavagem e lubrificações e demais controles inerentes ao setor;
 - VII a execução de competências correlatas.

Sub-Seção IV

DO SETOR DE MECÂNICA E MANUTENÇÃO

- Art. 34. O Setor de Mecânica e Manutenção é o órgão responsável pelas atividades concernentes a:
- I manutenção de veículos e equipamentos rodoviários no sentido de assegurar o seu correto funcionamento, prezando o seu bom uso;
- II programação e coordenação dos serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva das máquinas e equipamentos rodoviários;
 - III a execução de competências correlatas.





Seção VIII

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- Art. 35. A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio é o órgão do Município que tem por competência:
- I planejar, formular e executar as políticas de desenvolvimento do meio rural de forma sustentável;
- II promover a articulação com órgãos federais, estaduais e municipais, com vistas à obtenção de recursos para projetos e ações de melhoria das condições de vida das populações do meio rural, com especial direcionamento para o desenvolvimento da agricultura familiar e a integração agroindustrial apropriada;
- III orientar, coordenar e controlar a execução da política de desenvolvimento agropecuário no âmbito do Município;
- IV promover a realização de atividades relacionadas com o desenvolvimento agropecuário e comercial do Município;
- V delimitar e implantar áreas destinadas à exploração hortifrutigranjeira, agropecuária e comercial de produtos, sem descaracterizar ou alterar o meio ambiente;
- VI coordenar as atividades relativas à orientação da produção primária e ao abastecimento público;
- VII licenciar e controlar o comércio transitório, a origem dos produtos estrangeiros comercializados no Município, fiscalizando o cumprimento das disposições de natureza legal, no que diz respeito a sua área de competência;
- VIII promover intercâmbio e convênios com entidades federais, estaduais, municipais e privadas, relativos aos assuntos atinentes às políticas de desenvolvimento agropecuário, industrial, comercial e de meio ambiente;
- IX incentivar a implantação de novos empreendimentos comerciais e industriais, objetivando a expansão da capacidade de absorção da mão-de-obra local;
- X prestar assessoramento ao Poder Executivo na formulação de política municipal do meio ambiente;
- XI realizar o planejamento destinado à proteção, conservação, preservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- XII propiciar o desenvolvimento de atividades concernentes à implantação do zoneamento ambiental e das atividades referentes ao licenciamento ambiental no Município;
 - XIII efetuar o licenciamento ambiental, nos termos da legislação competente;
- XIV implantar e manter cadastro de atividades econômicas utilizadoras ou degradadoras de recursos ambientais, mediante a coleta e catalogação de dados e informações sobre estas;





- XV realizar o controle, monitoramento e avaliação dos recursos naturais do Município, visando à proteção, à preservação e à conservação de áreas de interesse ecológico, assim como a recuperação de áreas degradadas;
- XVI realizar o monitoramento e a fiscalização ambiental de todas as atividades potencialmente poluidoras, que usufruam de recursos naturais no âmbito do Município;
- XVII apoiar o estabelecimento de padrões de efluentes industriais e de normas para transporte, disposição e destino final de qualquer resíduo resultante de atividades industriais e comerciais passíveis de degradação ambiental;
- XVIII realizar estudo e a proposição das diretrizes municipais, normas e padrões relativos à preservação e conservação de recursos naturais e paisagísticos do Município;
- XIX realizar a avaliação do impacto da implantação de projetos públicos municipais, estaduais ou federais, ou privados, sobre os demais recursos ambientais do Município;
- XX organizar as informações sobre a poluição e contaminação do Município e a indicação dos procedimentos e fiscalização pertinentes, em âmbito municipal;
- XXI realizar a pesquisa das características do meio ambiente do Município, das suas potencialidades e limitações e das formas racionais de sua exploração;
- XXII efetuar o controle e fiscalização de podas no Município e a execução de planos de arborização e ajardinamento de vias e logradouros públicos, em articulação com a Secretaria Municipal de Obras e Trânsito;
- XXIII promover a educação ambiental e a formação de consciência sobre a conservação e a valorização da natureza como condição para melhoria da qualidade de vida, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer;
- XXIV promover, organizar e fomentar todas as atividades industriais, comerciais e de serviços do Município;
- XXV atrair novos investimentos industriais, através da criação e manutenção de distritos industriais;
- XXVI estabelecer políticas públicas de desburocratização para o licenciamento de atividades industriais e comerciais a serem instaladas no Município;
- XXVII analisar os tipos de produtos produzidos e comercializados pela indústria e comércio locais, fomentando a criação de uma linha produtiva que impeça a evasão de riquezas;
- XXVIII promover e participar de exposições, feiras, seminários, cursos e congressos, relacionados à indústria e ao comércio;
- XXIX buscar recursos do orçamento estadual e federal, assim como em instituições de crédito, para investimentos na área industrial e de produção do Município;
 - XXX desenvolver regime de colaboração e parceria entre o Poder Público Municipal e as





entidades empresariais do Município;

- XXXI promover, organizar e fomentar todas as atividades relativas à produção primária e do abastecimento público, bem como as atividades vinculadas às empresas de prestação de serviços;
- XXXII propor e discutir, com entidades prestadoras de serviços, políticas municipais de eficácia e qualificação para o setor;
- XXXIII fiscalizar o cumprimento das disposições de natureza legal, no que diz respeito a sua área de competência;
 - XXXIV desempenhar outras competências correlatas.
- § 1º A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio compreende, em sua estrutura, as seguintes unidades:
 - I Departamento de Agricultura;
 - II Departamento do Meio Ambiente;
 - III Departamento de Indústria e Comércio;
 - IV Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal;
 - V Setor de Serviços Agrícolas;
 - VI Setor de Saúde Animal e Zoonoses.
- § 2º Ficam vinculados à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio:
 - I Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Vila Flores;
 - II Conselho Municipal do Meio Ambiente;
- III Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal Municipal SIM.

Sub-Seção I

DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

- Art. 36. O Departamento de Agricultura é o órgão responsável pela formulação, implementação, execução, avaliação e fiscalização dos programas, projetos e demais ações relativas à produção e abastecimento e possui como competência:
 - I a estimulação e fomento das atividades da produção rural;
- II – a promoção e difusão técnica das atividades da agricultura, da pecuária, abastecimento e de agroindústrias;
 - III a vigilância e a promoção da defesa e inspeção de produtos de origem animal, vegetal e





mineral no âmbito das competências municipais;

- IV o incentivo à implantação de hortas comunitárias, oferecendo orientação e acompanhamento técnico, preconizando a qualidade e a produtividade;
 - V a organização de feiras e exposições de produtos agropecuários;
- VI criação de mecanismos de implantação de alternativas de renda para as pequenas e médias propriedades rurais, através do reflorestamento, piscicultura, apicultura, horticultura, fruticultura, entre outras;
- VII incentivo à organização dos agricultores em associações ou grupos, bem como a pesquisa e a extensão rural;
 - VIII execução de outras competências correlatas.

Sub-Seção II

DO DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE

- Art. 37. O Departamento do Meio Ambiente é o órgão responsável pela implementação de medidas voltadas para a proteção do meio ambiente, possuindo como responsabilidades:
 - I a coordenação, fiscalização e controle das ações da política ambiental do Município;
- II a articulação com as demais unidades administrativas, visando à implementação de ações que garantam a melhoria da qualidade de vida da população, entre outras medidas;
- III a coordenação de ações e execução de planos, programas, projetos e atividades de preservação e repercussão ambiental;
- IV o estudo, definição e expedição de normas técnicas e procedimentos, visando à proteção ambiental do Município;
- V a identificação, implantação e administração de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando à conservação de mananciais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos e outros de interesses ecológicos, estabelecendo normas a serem observadas nessas áreas, obedecendo à legislação estadual e federal existentes;
- VI a instituição de diretrizes específicas para a preservação e recuperação de mananciais e participar da elaboração de planos de ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas;
- VII a aprovação e fiscalização da implantação de empreendimentos e instalações para fins industriais e parcelamentos do solo de qualquer natureza, bem como quaisquer atividades que utilizem recursos naturais renováveis e não renováveis;
- VIII a autorização, de acordo com a legislação vigente, do corte e a exploração racional ou quaisquer outras alterações de cobertura vegetal nativa, primitiva ou regenerada;
 - IX a execução da vigilância municipal e do poder de polícia na área ambiental;





- X a promoção, em conjunto com os demais órgãos competentes do controle da utilização, armazenamento e transporte de produtos perigosos;
 - XI a implantação e operação de sistema de monitoramento ambiental;
- XII o acompanhamento e análise dos estudos de impacto ambiental e análise de risco, das atividades que venham a se instalar no Município;
- XIII o licenciamento ambiental para a instalação das atividades utilizadoras de recursos ambientais e com potencial poluidor;
- XIV a promoção, identificação e o mapeamento das áreas críticas de poluição e as ambientalmente frágeis, visando ao correto manejo destas;
- XV fiscalização de impacto ambiental para a implantação das atividades potencialmente poluidoras;
- XVI a implementação e acompanhamento, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer, dos programas de Educação Ambiental do Município, promovendo e colaborando em campanhas educativas;
- XVII estabelecimento de mecanismos para a conservação e manutenção dos parques e áreas de preservação permanente;
 - XVIII proposição e execução de programas de proteção do meio ambiente do Município;
 - XIX desenvolvimento de outras competências correlatas.

Sub-Seção III

DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- Art. 38. O Departamento de Indústria e Comércio é o órgão responsável pela definição, execução e avaliação das ações voltadas para o desenvolvimento industrial, comercial e de geração de emprego e renda, tendo por competência:
- I a divulgação dos potenciais econômicos do Município, articuladamente com outras unidades administrativas:
- II o incentivo à instalação, ampliação e modernização de empreendimentos voltados para o desenvolvimento econômico do Município;
- III o estímulo e apoio às pequenas e médias empresas e à instalação de distritos industriais:
- IV a promoção de parcerias, envolvendo os estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços do Município;
- V a promoção de programas e parcerias, com o objetivo de estimular o comércio local e proporcionar o aumento da arrecadação municipal com o incentivo à emissão de notas fiscais;





- VI a articulação com organismos federais e estaduais, organizações não governamentais e entidades privadas com o objetivo de aumentar a oferta de emprego no Município;
 - VII o desempenho de outras competências correlatas.

Sub-Seção IV

DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

- Art. 39. O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal é o órgão responsável pelo gerenciamento do Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal Municipal SIM, a ser exercido em todo o território do Município de Vila Flores, em relação às condições higiênico-sanitários a serem preenchidas pelos matadouros, indústrias, agroindústrias familiares e estabelecimentos comerciais, que se dediquem ao abate, industrialização e comércio de carnes e demais produtos de origem animal no comércio municipal.
- Art. 40. O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal possui como responsabilidades:
- I prestar assistência na instrução e monitoramento de processos, assim como na confecção de documentos afins, entre eles os determinados para atendimento às solicitações e comunicações especificas de órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- II promover, orientar e controlar as atividades de apoio operacional e administrativo, com ênfase em:
- a) manutenção de sistemas de informações relativas a protocolo, arquivo e controle da expedição e da tramitação dos documentos e correspondências;
 - b) emissão dos relatórios gerenciais das atividades desenvolvidas pelo SIM.
- III elaborar as diretrizes de ação governamental para inspeção e fiscalização sanitária de produtos e derivados de origem animal, com vistas a contribuir para a formulação da política agrícola;
- IV programar, coordenar e promover a execução das atividades de inspeção e fiscalização sanitária de produtos e derivados de origem animal;
 - V promover auditorias técnico-fiscal e operacional das atividades de sua competência;
- VI formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios, concernentes aos temas relativos à inspeção de produtos e subprodutos de origem animal, em articulação com as demais unidades organizacionais dos órgãos do Município;
- VII coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações do SIM;
- VIII implementar o acompanhamento e avaliação da execução de convênios, ajustes, acordos e protocolos referentes às competências do SIM, bem como o controle das respectivas prestações de contas;





- IX acompanhar e avaliar a execução da programação orçamentária e a operacionalização da inspeção de produtos e subprodutos de origem animal;
- X manter interlocuções com o órgão setorial de planejamento, orçamento e gestão para elaboração de:
- a) relatórios sobre o desempenho da inspeção de produtos e subprodutos de origem animal;
 - b) proposta de programação anual de treinamento e capacitação de servidores.
- XI executar as atividades de guarda e manutenção do cadastro, bem como da elaboração de estatísticas e de informações, relativas aos produtos e estabelecimentos registrados e relacionados e ao desempenho do SIM;
 - XII manter articulações com as demais Secretarias Municipais para:
- a) desenvolvimento e operacionalização de programas especiais que envolvem as atividades de competência;
 - b) operacionalização do controle de resíduos biológicos em produtos de origem animal;
- c) elaboração da programação de coleta e envio de amostra relacionada ao Plano Nacional de Controle de Resíduos, em produtos de origem animal destinados ao comércio municipal, interestadual ou internacional;
- d) controle da presença de resíduos de drogas veterinárias ou contaminantes em produtos de origem animal;
- e) observância das regulamentações emanadas dos órgãos competentes do Governo Estadual e Federal, relacionados aos aditivos, sanitizantes e outros produtos a serem utilizados pelos estabelecimentos registrados ou relacionados ao SIM.
 - XIII o desempenho de outras competências correlatas.

Sub-Seção V

DO SETOR DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS

- Art. 41. O Setor de Serviços Agrícolas tem por competência a coordenação, a direção e a supervisão das atividades relacionadas aos serviços de assistência técnica aos agricultores e possui como responsabilidades:
 - I buscar mecanismos para assegurar melhor produtividade rural;
- II planejar, coordenar e supervisionar os serviços e programas destinados aos agricultores do Município;
- III elaborar projetos e promover atividades para a implementação de processos de mecanização de lavouras, de adubação, de aperfeiçoamento de colheitas e do beneficiamento de produtos agrícolas, bem como, de métodos de industrialização da produção vegetal;





- IV supervisionar a produção de sementes e mudas;
- V realizar outras competências correlatas.

Sub-Seção VI

DO SETOR DE SAÚDE ANIMAL E ZOONOZES

- Art. 42. O Setor de Saúde Animal e Zoonozes tem por competência a ordenação de atividades relacionadas à saúde animal, executando e avaliando ações preventivas e corretivas de controle e diagnóstico, e possui como responsabilidades:
 - I promover o controle e a vigilância entomológica;
- II organizar, dirigir, orientar e supervisionar os serviços relacionados à saúde dos animais existentes no perímetro urbano e rural do Município;
 - III supervisionar e orientar a atividade de fiscalização do Município;
- IV organizar campanhas educativas para controle de reprodução e criação de animais em áreas urbanas e rurais;
- V implantar e coordenar a criação de programa de coleta e castração de animais de rua ou abandonados, promovendo sua posterior adoção;
- VI elaborar e revisar planejamentos locais de manejo sustentável relacionadas à saúde animal;
- VII coordenar as atividades de abate de animais, com vistas ao cumprimento da legislação vigente, em especial quanto a condições de higiene e saúde, orientando práticas que evitem a dor e o sofrimento dos animais abatidos;
 - VIII o controle de fatores determinantes na transmissão de zoonoses;
 - IX executar outras competências correlatas.

Seção IX

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

- Art. 43. A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura é o órgão da Administração Pública Municipal que tem por competência:
- I planejar e coordenar programas, projetos e atividades que visem ao desenvolvimento cultural;
 - II dirigir a execução de projetos, programas e atividades de ação cultural do Município;
- III planejar e coordenar as atividades de casas de espetáculos, museus, bibliotecas, arquivos, centros culturais e outras atividades culturais de responsabilidade do Município;
 - IV promover, conjuntamente com órgãos municipais ou regionais, manifestações culturais





organizadas pelas etnias locais ou de interesse destas;

- V implantar a política municipal de bibliotecas, museus e arquivos, mediante o recolhimento e catalogação de documentos, objetos de arte, música, folclore, artesanato, e outros de significado histórico local, recebidos pela Administração Municipal, bem como estabelecer normas, gerir, conservar e organizar arquivos e museus públicos municipais, de modo a facilitar o acesso ao público interessado;
- VI articular-se com entidades públicas ou privadas, visando a aprimorar os recursos técnicos e operacionais;
- VII organizar e difundir programas anuais de festas e diversões públicas que tenham interesse turístico;
- VIII analisar e propor políticas de ação visando a valorizar os aspectos de interesse turístico do Município;
 - IX organizar e difundir informações úteis sobre o Município, para a população e visitantes;
- X apoiar e manter articulação com o empresariado e entidades locais para a promoção de feiras, congressos e eventos no Município;
 - XI manter serviços de informações turísticas no Município e fora dele;
- XII estudar e propor planos de estímulo ao desenvolvimento de atividades de interesse turístico:
 - XIII desempenhar outras competências correlatas.
- § 1º A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura compreende, em sua estrutura, as seguintes unidades:
 - I Departamento de Turismo;
 - II Departamento de Desenvolvimento Cultural e Artesanal;
 - III Setor de Desenvolvimento Cultural e Artesanal.
 - § 2º Ficam vinculados à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura:
 - I Conselho Municipal de Turismo;
 - II Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural.

Sub-Seção I

DO DEPARTAMENTO DE TURISMO

- Art. 44. O Departamento de Turismo tem por competência:
- I desenvolver a política de divulgação local, regional, estadual e nacional do Município;





- II coordenar as atividades relativas a programas e planos de turismo, atrações turísticas do Município, locais de recreação e lazer dirigidos às várias faixas etárias;
 - III promover a participação e colaboração dos órgãos e entidades privadas nas promoções;
- IV apoiar e promover as comunidades em suas festas e comemorações, divulgando o Município, visando à integração e o convívio social;
 - V incentivar à integração das ações desenvolvidas pelos diversos grupos e clubes;
- VI desenvolver ações voltadas para o desenvolvimento do turismo local, como forma de geração de emprego e renda, afirmando o Município como pólo turístico da região;
 - VII divulgar os potenciais turísticos do Município;
- VIII responsabilizar-se pela organização de programas anuais de festas e diversões públicas que tenham interesse turístico local;
 - IX desenvolver outras competências correlatas.

Sub-Seção II

DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTESANAL

- Art. 45. O Departamento de Desenvolvimento Cultural e Artesanal é o órgão que tem por competência:
- I dirigir, coordenar, incentivar e apoiar a produção cultural e artesanal nas suas diversas manifestações;
- II promover o intercâmbio entre cultura e as demais políticas públicas, visando à geração de novas oportunidades de trabalho e renda;
- III proteger as manifestações de cultura popular de origem étnica local e de grupos que constituem a nacionalidade brasileira;
- IV promover o estudo, elaboração e promoção de medidas adequadas à preservação do patrimônio arquitetônico, urbanístico, paisagístico, histórico, cultural, arqueológico e ambiental;
 - V promover, proteger e preservar o patrimônio histórico e cultural do Município;
- VI manter e fomentar o acervo do Museu e Arquivo Municipal e da Biblioteca Pública Municipal;
 - VII organizar plano de atividades para a Casa do Artesão e Centro de Eventos;
 - VIII elaborar calendário de eventos anuais, voltados à cultura local;
- IX supervisionar a organização das festas oficiais do Município, quanto ao enfoque cultural e histórico:





- X dirigir a realização de eventos, conjuntamente com escolas, igrejas e centros culturais, promovendo a integração de jovens, idosos e demais segmentos sociais;
 - XI desenvolver outras competências correlatas.

Sub-Seção III

DO SETOR DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTESANAL

- Art. 46. O Setor de Desenvolvimento Cultural e Artesanal é o órgão que tem por competência:
- I planejar, supervisionar e assessorar as atividades relacionadas ao artesanato em geral e eventos culturais, juntamente com coordenação cultural do Município.
- II organizar, dirigir, orientar e supervisionar as atividades culturais e artesanais no Município, assessorando os eventos educativos e sociais para enfatizar os aspectos culturais da comunidade;
 - III prestar informações turísticas;
 - IV desenvolver outras competências correlatas.

CAPÍTULO IV

DA IMPLANTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

- Art. 47. A estrutura administrativa estabelecida na presente Lei entrará em funcionamento à medida que os órgãos que a compõem forem sendo implantados, através da efetivação das seguintes medidas:
- I dotação de elementos humanos, materiais e financeiros indispensáveis ao seu funcionamento:
 - II provimento das respectivas chefias, quando necessárias ao andamento das atividades.

CAPÍTULO V

DOS ÓRGÃOS DE PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Art. 48. Os Conselhos Municipais, como órgãos de participação e representação, têm o objetivo de participação da sociedade, coadjuvando o Governo na formulação de políticas e avaliação de ações levadas a efeito nas diversas áreas para as quais são criados.

Parágrafo único. Os órgãos de participação e representação terão suas estruturas e atribuições contidas nas Leis e Regulamentos municipais que os criarem e instituírem.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 49. O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo as alterações orçamentárias necessárias para a implantação da nova estrutura, com as devidas adequações no Plano e nas Leis de Diretrizes Orçamentárias.





- Art. 50. O Poder Executivo, por meio de Decreto, adequará à designação dos programas, ações e outros elementos consignados nas Leis que estabelecem os Orçamentos Municipais, com base na estrutura administrativa do Município, vigente a partir da entrada em vigor da presente Lei, incluindo para isso os remanejamentos que se fizerem necessários.
- Art. 51. Fica aprovado o organograma da estrutura administrativa, que acompanha a presente Lei como Anexo.
- Art. 52. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.555/2022.

Vila Flores, 09 de janeiro de 2025.

Evandro Antônio Brandalise, Prefeito Municipal





MENSAGEM DE JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI № 011/2025

Estamos enviando para apreciação de V. Exas., o Projeto de Lei acima nominado, no qual se busca a aprovação legislativa para a reorganização da estrutura administrativa no Poder Executivo Municipal.

A reestruturação faz-se necessária, a fim de adequar os órgãos setoriais de modo a propiciar o melhor atendimento possível à população e aos usuários do sistema público.

Destaca-se, outrossim, que a principal alteração é consubstanciada na criação do Departamento de Patrimônio, órgão ligado à Secretaria Municipal da Fazenda que, agora, passa a ter a denominação de Secretaria Municipal de Finanças.

Referida modificação, tem como objetivo principal, a adequação das atividades ligadas ao patrimônio municipal, bem como a gestão das atividades relacionadas ao Cemitério Municipal e à manutenção e conservação da Praça Municipal, os quais passaram por uma série de melhorias e investimentos nos últimos anos.

Assim, encaminhamos o presente Projeto de Lei para a devida tramitação na Câmara de Vereadores para sua apreciação e aprovação.

Sendo o que tínhamos no momento e certos da habitual atenção de Vossa Excelência e dos nobres Edis que compõem essa Casa Legislativa, ao ensejo, apresentamos cordiais saudações.

Vila Flores, 09 de janeiro de 2025.

EVANDRO ANTÔNIO BRANDALISE Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por: EVANDRO ANTONIO BRANDALISE:61153346087 Em 10 de Janeiro de 2025 às 07:20:17

